

mandar um técnico para atender os RPPS, programará ou colocar no grupo. Setembro vai ter treinamento do TEE/EE, até por dois dias, 10/09 evento da CEF, evento da ACEPRÉM com palestra para os prefeitos, sobre a importância do RPPS, próxima reunião para dia 28/08/2025. Dou a palavra para os conselheiros, dou por encerrada a reunião.

Wltonillo Wlilton Mauiz

~~Daí~~

Antônio Rafael Mendes Aguiar

Marcia Maria Lopes

Reunião do Conselho Municipal de 28 de agosto de 2025. Presidência. Chamamos do início a reunião ordinária do Conselho Municipal de Presidência com a minha presença, seu Dora, vice-presidente, Marcia representando os servidores ativos, Allison, Kalina representante do executivo, temos quorum estamos com R\$ 200.662.894,75 na reunião da semana passada, fizemos um comparativo de ganho de 2021 também um PL R\$ 81.321.915,01 de patrimônio tivemos que registrar a perda de R\$ 16 milhões de reais, decidimos a liquidação dos fundos vinculados a cascata da Caixa Ilha do Brasil, quando terminou o primeiro mandato do professor Marcelo, fechamos 2024 com R\$ 167.275.783,25 o crescimento do patrimônio se deu além da rentabilidade, da convocação de mais de 600 concursados, os repasses sempre são feitos em dias, temos como fonte de arrecadação a compensação previdenciária, e temos recebido em valor considerado mensal, e temos

processos em análise, que é INSS quem vai analisar, a outra fonte de arrecadação é o parcelamento. Tem um parcelamento que foi firmado em 2014 e o valor é mais de R\$ 100.000,00, foi feito em 240 meses, para tentar regularizar a situação com o Ministério da Previdência, tanto do regime geral quanto dos RPPS pensamos metade das parcelas pagas e pago sempre em dias tem vencimento dia 12, mas sempre pago antes do dia 12, o ERP vai finalizar o projeto de lei que a ARIMA mandou para repassar para aces, está atencioso e que a EC 103/2019 impõe que é a alíquota de 14%, no mês de junho foi feito uma realocação nos investimentos, foi feito um resgate total no B3 aloca até o retorno total e B3 ações e energia-eres dos fundos estavam dividindo no preocupado, por este último por ações o mercado financeiro começa a ter oscilações e o que mais pede por por ações, solicitamos uma análise e do análise deu a sugestão de resgate total aí fizemos uma realocação desses recursos estamos com uma concentração no IRFMI que é os fundos que recebem os recursos dos quais vamos colocar para posteriormente ser feito análise para realocarmos caso seja necessário, e do caso precisarmos fazer uma realocação, vamos discutir no próximo reunião do comitê, limito o fundo de índice que investimos R\$ 1 milhão, esse fundo a marcação dele é o mercado sempre vai oscilar, quando chegar neste dado vamos recular a aplicabili-

desde acordado na data que foi feito o  
 investimento, 6 em 6 meses recebemos, esse no  
 valor de R\$ 32 mil esse valor foi investido,  
 esse acilacat é por conta do mercado, foi  
 feito no B3 tesouro ele é B+0, B3 fatorial,  
 B3 quantitativo e MIBKAP3 é um fundo  
 novo e o B3 macro quins e moeda, na cartei-  
 ra tem o Fontaine Vile Urbanismo R\$ 6.806.844,  
 51 reforçando que os extratos que recebemos foi  
 em julho de 2024, não estamos batendo esse  
 valor por que não temos extratos, AVSTRO R\$ 127 mil  
 e L3M que está negativo e o PVMA foi liquidado  
 vai sair da carteira por que não existe mais,  
 e em já consta o encerramento do fundo é  
 mais um fundo que perdeu tudo que foi inves-  
 tido, na nossa carteira dos R\$ 200 milhões, R\$  
 167 milhões pertencem ao previdenciário, R\$ 30.402.  
 108,32 temos R\$ 1.460.481.48 que é o recurso do  
 Tosco que nós juntamos para a reforma do Insti-  
 tuto, Talcoz não seja preciso usar esse valor,  
 desde todos os meses sobram recursos do  
 Tosco de administração, mas Talcoz precise mobi-  
 lizar o instituto depois da reforma, esse recurso  
 nós vamos deliberar e ele vai ser devolvido  
 para os pontos da presidência, a única exceção  
 de gastos é a despesa com a unidade gestora  
 que é água, energia, internet a reforma e  
 aquisição de equipamentos, quando a reforma  
 finalizar vamos ter uma parte destinada os  
 reuniões, desde aberto para os conselheiros Banci.  
 Eu acho que esse devolução só deve ser feito  
 depois do obito. Camille. A finalidade do  
 obito e acessibilidade, quando chegar os

os caducantes tenham como entrar no prédio  
estamos encomendados o posturo do presidente  
do sindicato esta falando para os pericidores  
que antes de receberem seus beneficios eles se  
dirijam ao sindicato para que o sindicato  
do sindicato refaçam os cálculos, to' espurando  
o momento pois e uma fala irresponsavel,  
politico os sindicatos nunca se designaram  
para falar como estava o andamento dos  
fundos esturados do IPSGA. O julgado do  
STF que disse que o ERP e constitucional, se  
nao atendermos os criterios vamos ficar ilegal  
e ficar sem ERP ou seja o municipio nao pode  
celebrar convenio, receber recursos voluntarios  
nao pode fazer operacao de credito isso impac-  
ta na sociedade, quando assumimos aqui  
nao se pagamos mais recursos temporarios, auxilio  
doenca, salario maternidade, quando assumimos  
fizemos constar na lei e passar para responsa-  
bilidade do ente, que e o perpetuo, DEMUTRAM  
e o proprio Instituto, o prefeito a epoca deu  
um mandado de seguranga para nao implementar  
a aliquota, para ter o discurso que nao fez  
o reformo para nao prejudicar o pericidores,  
agora o prefeito Marcelo nao tem paido ou ele  
implementa o reformo ou o municipio vai  
ficar irregular e nao vai poder nem conciliar  
sabemos que receber recursos federal e importan-  
te para sociedade o cenario esta de cancela-  
mento de municipio que tem ERP judicial,  
no novo caso foi uma sentenca para desfazer  
a A6V tem que entrar com uma acat pessoal  
tem que atar o municipio ele vai ter que se

manifestar. Tivemos duas licitações uma delas  
 a obra que foram 34 empresas interessadas,  
 fizemos uma licitação para contratar um perito  
 de COMPILACÃO já tem um participante que é a  
 empresa que o Sr. Bruno é sócio e esta empresa  
 e quem vai prestar o serviço de COMPILACÃO, mas  
 não tem nada a ver com os fundos estruturais,  
 estamos finalizando o pré-projeto nível II e  
 existe a exigência do COMPLACÃO implantado,  
 e algo que vai trazer mais segurança a tudo  
 que ofereçamos aqui no município desde obras  
 até os investimentos, outro contrato finalizado  
 foi da empresa certificadora e nos dias 16 e 17 vai  
 estar aqui em loco e vai nos auditar, para  
 saber se estamos preparados para receber o  
 pelo do pré-projeto nível II, ontem a Sra. Ana  
 comentou a necessidade do município usar  
 nosso superávit orçamentário para atender  
 algumas demandas do município não é o  
 dinheiro e aquilo que o patrimônio preserva em  
 questão de orçamento existe essa possibilidade e  
 orçamento, não vamos precisar por que nossas  
 despesas são encaixadas no orçamento é fato  
 de acordo com a necessidade é compatível  
 com os nossos gastos disse que não tem proble-  
 ma, mas é orçamento, então com retorno o superávit  
 nos anos anteriores isso foi feito, teve ano que  
 só de enchimento foi R\$ 15 milhões deu um  
 superávit de R\$ 15 milhões e só no IPSCA que  
 tem superávit orçamentário no município. Quem  
 está processando a licitação é a prefeitura quan-  
 do finalizar fazemos a contratação. Quando  
 for adjudicar e homologar eu vou chamar o

Ruan de não pode ser o fiscal da obra por que ele fez o projeto tem que ser responsável, mas após certo que ele acompanhe a execução da obra que ele fez, com pedido para ele apelar a gente e o contrato vai ser assinado aqui dentro do Instituto e do dono da empresa. Vai vir aqui vai ouvir o que cada um de nós tem a dizer, diferente das obras que eles estão acostumados a fazer é uma obra que pertence ao fideiussor do município de S.G.A. Todos os conselheiros fiquem a vontade para fiscalizar quando a obra começar, os médicos já foram liberados quando a obra começar, vocês liberaram para que eu como ordenador de despesa possa pagar, foram 34 empresas interessadas, com entrar em contato para saber como foi o serviço prestado onde eles executaram serviços, foi uma concorrência de preço ao melhor, passo a palavra para o Dr. Bruno. Dr. Bruno o objetivo hoje é apresentar todos os pontos estruturados, PUMA, LSM, AUSTRONUTRITION, Alonno pedimos judicialmente uma indenização similar ao que fazemos em S.G.A em 2019 apuramos o custo em Alonno, também incustado R\$ 2 milhões nesse fundo, fizemos um pedido que encobria danos emergente juros gastos que chegou a R\$ 7 milhões e custos da causa sabíamos que o lucro cessante não iam definir, mas tínhamos esse valor para que se eles quizessem fazer acordo teria margem para negociação é o feno, o de pagamento não quando aplicar o juros e a correção monetária chega a mais de R\$ 8

milhões, se a sentença for mantida em 2º grau  
 já tem esse valor bloqueado nos pontos dos presta-  
 dores de serviços e instituto receberia R\$ 8 milhões  
 de mais, a sentença pontuou aspectos relevantes  
 que nos ajudam, provavelmente vamos juntar  
 essa sentença nos processos dos outros municípios.  
 A São Paulo está tramitando vários RPPS que  
 compoem, em que por R\$ 20.000,00 o valor  
 do aporte, calculamos o valor da causa publico  
 para R\$ 55 milhões nos termos sentença em primei-  
 ra instância e pouco provável que defira os  
 55, cai do os 20 corrigidos, em processo o  
 base dele foi um relatório de fiscalização que  
 temos acesso, distinguia todos as fraudes que  
 foram deflagradas dentro das empresas e um  
 relatório de fiscalização não fazia ainda nada  
 julgado pelo colegiado do CVM sobre o caso,  
 há 5 pessoas, 4 diretores e 1 presidente, tem 3 dire-  
 tores para julgar esse caso quando foi em março  
 o João publico proferiu o voto dele para inocentar  
 todo mundo, se a CVM julgar por inocentar esse  
 caso provavelmente vai ser julgado contra os  
 nomes internos, o Marina fixou a vista  
 dos processos e proferiu o voto dela 18 de agosto  
 e ela concluiu então esta 1 a 1 e o Diretor  
 Otton pediu vista do processo ele tem a tendên-  
 cia de inocentar, se ele pedir vista e por que  
 não quer inocentar logo também diante do voto  
 do diretor Marina que multou em R\$ 23.000,  
 000,00, multou as pessoas que prometeram todas  
 as multas do em valor, ela foi cirurgia impo-  
 ndo essas penalidades, o Otton para inocentar  
 terá que fundamentar muito bem, se esse

processo foi julgado favorável. Temos grandes chances de influência favoravelmente no processo tanto de IPSSA quanto dos outros RPPs, processo do TEV de R\$ 90 milhões de prestadores de serviços de funcoes com problemas, três fatos supervenientes para nos ajudar a honrar, TEV e EVM podem virar uma bola positividade, quando foi disponibilizado o coto da Maxima Lapola, acompanhando virtualmente, ela bem feliz, falta o diretor Otton que pediu custos, não sabemos quando ele vai chegar, vai disponibilizar o coto dele fica pactado com poucos dias de antecedência. O Catânia, Instituto Multicriacional, LSM e PVMA, o Catânia tem uma péssima administração que é o BFL, o funcoes demorou 2 anos e 8 meses para ser liquidado, liquidação começou em 2022 falávamos que a liquidação tinha que ser imediata que tinhamos que receber os ativos, só foi vencendo em agosto de 2024, tudo isso com o objetivo claro que era contabilizar todos de administração no pagar pelo funcoes para depois cobrar com a contabilidade com o veritas, pois estava algumas coisas mal estruturadas quando estamos no polo passivo e passivo fazer defesa, outros já melhor formulados e novo objetivo não e só tentar formular defesa, mas tentar recuperar o dinheiro inadimplido desses funcoes que não deviam retornar, eles descumpriram inúmeras obrigações que não prestaram enquanto gestores e já está tudo estruturado do, precisamos de documentos que não temos caso ainda, enciamos casos oficiais para EVM e BFL pedindo informações no e-mail

atendidos a evm clamava muito para responder, me orientaram marcar uma audiência virtual com superintendente do evm, aqui não vai ter a resposta formalizada, mas vai saber o que eles pensam, eles vão se posicionar, se der segurança para seguir com investigação se não faz a denúncia formal depois, estamos aguardando o evm que mandou um ofício do caso de contine inquietando com uma ação de exibição de documentos contra BFL, estamos ingressando contra a BFL por causa do dano, no cumprimento das disposições do Conselho no caso de Catânia ele resultou no recebimento dos três aticos, AUSTRO, PUMA, L&M, os aticos nos pés dos melhores, o AUSTRO o administrador é a BFL, provavelmente temos que ingressar com outra ação de exibição de documentos no caso do AUSTRO não mais do Catânia para poder saber onde estamos pisando. Estive mes la eu e o Sr. Pamela foi avisado, esquife, escuro, tinha um delegado do policiamento, Marcelo Bispo disse que não podia atender, mas estava lá, Pamela fez um ofício de reclamação mas não obtive resposta, muito estranho lá inseguro, L&M faz ações de uma empresa que tem um hotel no RJ, tem uma proposta de uma empresa, o prazo pra resposta é dia 05 de setembro eles estão propondo pagar 100% as cotas do fundo por R\$ 5 milhões, o IPSCA tem uma participação pequena fizemos os cálculos em base do IPSCA recabaria R\$ 61.000.00 por essas cotas, o patrimônio líquido do fundo era R\$ 22 milhões e agora aumentou R\$ 50 milhões negativos, se esse hotel existir se vai se tornar

restacel nos sabemos, esta agora em uma acertante  
negativa surgiu uma dúvida de vender ou não  
vender os cotos nos é resgate e uma amortização  
e alienação, entendemos que os cotos por um  
bem público e preciso de uma legislação para  
dispensa de licitação para aprovar a venda,  
a proposta e de pagar 30% parcelado, 30%  
depois da homologação do plano de recuperação  
judicial, e o resto em 24x a garantia e idê-  
ntica, nos parece seguro, o mais seguro é a  
negociação do Senan da lista e 30% dos cotos,  
no mês que for efetuar o pagamento transfere  
os cotos na ou a favor dessa forma de paga-  
mento, Comille lá na frente podemos ser quatro  
nao, vamos imaginar que esse ativo recita e  
trá um retorno milionário podem ficar que  
nos forjamos para benefício de terceiros, Dr. Bruno  
Ele disse que se compra se forem todos, por uma  
questão de governança da empresa e difícil, de  
mandando de escolhe como vai girar a empresa,  
nos sabemos como vai girar, nos vemos contra  
essa proposta para eu formular e mais pouco  
preciso do LEMA, Comille. É tão delicado, a es-  
tado de fauço foi multado por atos que não  
foram praticados no gesto dele em R\$ 8.000,00.  
Allison. O TEE acompanha essas complexidades  
por que é direito público investidos na iniciativa  
particular. Dr. Bruno. A decisão teve todos os  
ritos teve ato do comitê deliberando, não teve  
nenhum parecer negativo, não tinha nenhum  
notícia ruim por que foi antes do opaco do  
Policia Federal de 2018, nos tem como responsabilizar  
se o rito foi todo seguido, se o TEE ou o

Ministério da Previdência acha que o incastamento  
 é de risco ele pede o incastamento não pode  
 aplicar em FIP por exemplo, agora se tá faculta  
 não ou aplicar em FIP eu segui todos os  
 ritos legais o incastamento deu errado por que  
 não existe incastamento de zero risco, nem título  
 público é zero risco é baixo risco, se eu aplico  
 o incastamento enquadro dentro do percentu-  
 al 5% e ele deu errado eu não posso ser respon-  
 sabilizado não podemos trabalhar com boatos.  
 Camille. Não foi o caso do IPSEA e Cauçua, des-  
 não querem se comprometer nada o TEE, Dr.  
 Bruno. O TEE atua as leis de forma a inibir  
 o minimização de perda e o mais prudente pro-  
 manter a cota no patrimônio foi incastado R\$ 3  
 milhões que representa o PVMA, AUSTRO, LSM,  
 vamos ingressar na justiça para anular a  
 assembleia do LSM não tem, diz para manter  
 voto até certo horário, mandamos ofício para  
 RFI dizendo que tem que convocar assembleia  
 o momento que os cotistas podem se manifestar,  
 mas eles querem evitar essa união, diálogos entre  
 os cotistas Camille. Eles não querem ser pensionados,  
 quando vamos para as assembleias surgem  
 questionamentos, a última assembleia que foi a  
 liquidação do PVMA que também o RFI fez  
 vários questionamentos eles não querem, saber de  
 seus questionados, foram eles que praticaram os  
 atos fraudulentos, não eles são uma administração  
 especialistas em fundo estruturados, pediram a  
 documentação antes para estudar para participar  
 da reunião e me manifestar, falaram que a  
 documentação seria apresentada no foro, e que

na e ponível analisar pois tem aspectos que eu não entendo, preciso das arsevidas. Dr. Bruno  
A resposta deles sempre é a mesma para todos uma resposta evasiva sem compromisso, não encara com o Catão. Assim Estancamos com o extrato previdenciário irregular nos incastimentos, no consulta com o ministério do Previdencio- eles falaram que tinha uma notificação era um desenquadramento, falando que o prestador de serviços não estava na lista exaustiva que foi o liquidado do Catão- que recebeu 3 funções e os prestadores de serviços não está na lista exaustiva, BFL, RJI, falei com o diretor da Seema pedi para tirar o irregularidade do extrato, o incastimento não foi feito por nós e o que chamo de desenquadramento pânico e nos damos para perceber que pior que eu e os três funções entraram através do liquidado do Catão, eu redigi uma nota explicativa para o TEE, foi enviada todo documentação para o ministério ele acatou e regularizou nesse extrato mas todos os dias acompanho, deu uma inconsistência como se eu não fosse certificado e como se o IPSEAF tivesse conselho fiscal, tive que opor essas duas inconsistências, que insegurança. Dr. Bruno. O FIP do Teron, também foi em ofício perguntando se tinha algum processo se do saber do situação a evm, como pedir mais informações e vai pedir de processo para a ecot contra a MBL pois ela não lumbue com a transparência, como que houve uma suposta fraude dentro do empresa eles ratificaram uma

ata para diminuir a participação do fundo e aumentar a dívida, eles ficaram com maioria e o fundo ficou minoritário devido a essa decisão que eles fizeram sem justificativa como 'utilizar as informações que a EVM vai enviar no respoeto no contra respoeto desse ofício que como encios hoje para subsidiar essa notificação, já entramos com uma ação contra MBL pedido de exibição de documentos, informações, estamos com uma petição pronta, mas não estamos conseguindo provar o argumento, como responder esse ofício tem que responder até dia 01/09, então as últimas notícias atualizadas, uma petição para conseguir destrinchar passo a passo, eles fazem de um jeito muito sutil. Com relação pagamos a petição da lais clava que o montante foi R\$ 20 milhões não conseguimos visualizar que perdemos, não do para recuperar, e também que não conseguimos perder com o passar de meses de alguns anos. Quando foi mais difícil em virtude do relatório de fiscalização informações que já finalizaram o caminho do fraude no caso do Fontaine o relatório de fiscalização quem teve que fazer fomos nós, família. Em laicão foi feito fiscalização e dela foram notificados que o auditor do RF encorajou que os valores que foram informados no EABPREV não era o mesmo valor que foram reportados, tudo tem um limite não posso colocar todo nosso PL em determinado fundo, a partir dessa situação de laicão estávamos no LEMA, pedido para o Victor ces se não tinha desenganchamento a época que foram feitos investimentos, ele entrou no

DAIR, naquela época o patrimônio do instituto era R\$ 55 milhões, eles pegaram R\$ 20 milhões e investiram na Lais Maia e o Lita um que estava desenganchado por que não podia ser usado em calor para investimento a longo prazo pelo IPSCA por causa das regras de segurança que são impostas, não pode ser feito investimento o LM foi feito para saber mais o percentual que poderíamos investir que é um teste de estresse, não foi feito, ainda que não tivesse sido praticado nem uma fraude, ainda nesse ponto o investimento estava ilegal e Fontaine tem vários indícios de fraude. Bruno Nunca as empresas fizeram assembleia geral, quase quatro anos sem AGO, na época que estava negociando acordo eles mantinham proposto, mas não deu em nada, os extratos também não vieram mais. O compliance será dividido em 5 etapas a primeira etapa identificar matriz de risco que é identificar em qual momento da operação pode acontecer um erro e pra cada ponto das cinco matrizes de risco agente tenta fazer uma forma de mitigar ou onerar aquele risco, as matrizes de risco são administrativas, precificação, investimentos e orgão colegiados pouco existe uma coisa ter matriz de risco, no investimento por exemplo se mitigar o risco consequentemente parecer do aumento de investimento, funcionando na lei, primeiro desentramos um minuto do matriz de risco, passamos a entender os perigos para saber como é o para saber se a matriz que desentramos está certa num segundo momento é referente ao resultado

do entrecista nos vamos pedir as políticas e os manuais para mitigar ou anular esses riscos, primeiro momento dura um mês, segundo o período de 1 a 2 meses e no terceiro ou quarto mês fazemos a apresentação do político manual de COMPLIANCE e o treinamento dos colaboradores esses manuais tem que ter muito coisa no RPPS para evitar erros aconteçam ou se repetam no futuro e o objetivo. Kalina, foi muito bem explicado tudo o gráfico nos demonstrou que estamos no caminho certo, as demonstrações que estão sendo feitas nas reuniões nos deixam satisfeitos, como representante do executivo também sou contra a ideia que está informando os periclitados erroneamente, as reuniões são claras objetivas e lucrativas e o patrimônio que vai garantir nossa aposentadoria estamos seguros que tá bem seguro, queremos que o instituto dê tudo. Dr. Bruno. Problemas existem temos que enfrentar o problema, como pé e ativamente buscando as indenizações possíveis. Allison, agradecer os esclarecimentos e pedir que tu certifique de que quando chegar o momento do vencimento está tudo assegurado. Camille, vou por encerrar a reunião de agosto.

João de Deus Mota  
 Antunes de Sousa  
~~Dum...~~

Evandro Allison A. de Oliveira

Kalina Maria Sales

Almir Coura - Ciríaco Cipriano